

Filologia e Lingüística Portuguesa, n. 2, p. 233-239, 1998.

Dos ditos portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI, Mem Martins – Portugal, Publicações Europa-América, 1997, 532 p.

1. MOTE

“– Oh, Senhor, que mau anúncio esse para os bastardos, que até agora não houve filho de puta que não fosse ditoso!”

Estas foram as palavras do primeiro governador do Brasil colonial, Tomé de Sousa, vedor de el-rei Dom João, o terceiro, quando, em visita a D. Luís Fernandes de Meneses, filho do arcebispo de Lisboa, que havia arribado do Brasil, ouviu deste que foram as grandes tormentas e tempos adversos, que tivera, que o constrangeram a tornar para o Reino .

2. DO OBJETIVO E DA OBRA

Qual livro de história traz uma preciosidade desta? Não deve ser livro acadêmico! Certamente isto é coisa de colonizado impertinente investindo, mais uma vez, versus uma grande figura da história da colonização do Brasil. Pois não é. Como está bem dito na introdução, o livro de autor desconhecido (*Ditos portugueses dignos de memória – História íntima do século XVI anotada e comentada por José Hermano Saraiva*, Mem Martins – Portugal, Publicações Europa – América, 1997, 532 p.) é um retrato fiel da sociedade portuguesa do século XVI; através dele “vem à superfície o Portugal íntimo e profundo”. Face que naturalmente (de propósito) é cortinada.

Resenhas.

No entanto, o propósito desta resenha, no entanto, não é destacar aspectos intimistas da história social ou política de Portugal, mas o de valer-se desta história sem censura, contada numa linguagem desbragada e eivada de sarcasmo, para chamar a atenção para o código lingüístico corrente na época. Principalmente em se tratando de léxico e de expressões e/ou construções idiomáticas. O estudo da ortografia e da sintaxe fica prejudicado, uma vez que, conforme está esclarecido nos critérios para a edição, o texto foi atualizado quanto à ortografia e pontuação, reconhecendo o editor que incorreu assim, uma vez mais, na crítica dos eruditos que sempre reclamam, com certa dose de razão, edições paleográficas. É sabido que a reclamação dos eruditos, melhor dizendo, dos estudiosos da linguagem, em particular, dos filólogos, tem sua gênese na preocupação particular com seus trabalhos.

José Hermano Saraiva justifica os seus critérios de atualização dos *Ditos portugueses*, recorrendo ao sempre válido argumento, que edições paleográficas resultam ilegíveis para o grande público e impedem portanto que o conhecimento da obra se generalize. Argumento que não se refuta. Ainda mais que para o interessado em fazer qualquer que seja o seu estudo, baseando-se no original, não lhe são veladas as informações sobre os manuscritos.

O original dos *Ditos portugueses* desapareceu, mas dele chegaram até hoje cópias relativamente numerosas, que documentam o interesse que a obra despertou na sua época e ainda nos séculos XVII e XVIII. Das cópias examinadas por J. H. Saraiva, as mais completas são a da Seção de Reservados da Biblioteca Nacional, cota ms. 666, escrita nos inícios do século XVII, e a da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, cota ms. 120 azul, escrita em meados do século XVIII. O texto publicado é o do ms. 666 da Biblioteca Nacional, com uma ou outra correção, sempre assinalada em nota, resultante do manuscrito da Academia.

3. DO AUTOR

Parafraseando a introdução do livro, o que se sabe sobre os *Ditos portugueses dignos de memória* é o que o seu autor, desconheci-

Filologia e Lingüística Portuguesa, n. 2, p. 233-239, 1998.

do, relata no *Prólogo aos leitores*: “uma cousa pequena ou uma palavra faz conhecer melhor os costumes das pessoas que as disseram que os infinitos inimigos mortos em batalhas e as cidades destruídas e reinos conquistados.”

Foi o próprio autor, incentivado pelos que liam seus manuscritos, quem resolveu enviar para publicação o que havia registrado, por escrito (*scripta manent*), da boca do povo, sabendo, sem dúvidas, que muitos o iriam censurá-lo, mas esse não era o seu temor: “se escrevê-los eu lhe não fizer tanto nojo [prejuízo]¹ que de todo lhe tire o lustre com que foram ditos, contentar-me-ei. E não podendo alcançar, tomarei por satisfação o intento com que agora consenti que se publicassem, que foi se não perderem muitas cousas que, por serem ditas avisadamente, poderão, com o seu exemplo, aproveitar; e todas elas para que o tempo se possa sem encargo passar.”

É certo que os manuscritos foram enviados para publicação. Também é sabido que, por motivos óbvios, não foram publicados. O seu teor irreverente e sarcástico, onde ninguém é esquecido, dos monarcas ao menor sujeito do Reino, jamais passaria despercebido pelo pente-fino que era a sisuda censura da Inquisição e, tão pouco, teria todas as licenças necessárias para a publicação.

Outras informações sobre o autor e sua época, não-relevantes para esta resenha, estão mais detalhadas na introdução do livro. Para a análise do objeto, aqui em destaque, basta sabermos que se trata de um registro oral, revelador da intimidade e do cotidiano quinhentista do Reino português e sua gente.

4. DO OBJETO

Desse registro oral podem-se destacar algumas palavras e expressões e/ou construções idiomáticas dignas de observações, principalmente aquelas que são chamadas em notas de rodapé pelo editor

¹ Cf. *Ditos portugueses*, nota 786, p. 291. (Colchetes meus)

Resenhas.

do texto, com o objetivo de facilitar a leitura. Nestas notas são dados os equivalentes modernos dos termos considerados arcaicos e das construções caídas em desuso. Ao leitor também são proporcionadas algumas informações sobre personagens e acontecimentos referidos no texto, além de explicações dos motes mais absurdos. Por explicar ao leitor aquilo que era considerado piada no século XVI, o editor se considera um atrevido e justifica sua atitude valendo-se do tempo já decorrido de tais anedotas, que, sem observações a respeito do seu contexto discursivo, poderiam perder a graça, prejudicando um dos objetivos da publicação.

O importante em tudo isso, para esta resenha, é observar que muitas dessas palavras e construções idiomáticas, consideradas hoje, em Portugal, arcaicas e fora de uso, são perfeitamente correntes no português brasileiro. O que revela que o português falado no Brasil, principalmente o do meio rural, sem descartar por completo o do meio urbano, conserva traços de um português antigo, entendendo por antigo, do período arcaico ao século imediatamente anterior ao atual. Assim se confirma o que, hoje em Portugal, pela fala de seus acadêmicos, é considerado mito.

4.1 Expressões e/ou construções

Expressão e/ou Construção em desuso (nota)	Correspondente moderno e/ou Comentário
• Acertou de... (293)	Aconteceu.
• De antemão. (248)	Antecipadamente.
• Em má hora. (804)	Locução oposta a “em boa hora”. Sentido de censura.
• Fazer das tripas coração. (1436)	Extraído do dito: “Tomé de Sousa disse que nunca fez das tripas coração e muitas vezes fez do coração tripas.”
• Que vem num pé. (12)	Aforismo relacionado com “ir num pé e vir no outro”.
• Tomar tempo. (759)	Ser recebido em audiência.

Filologia e Lingüística Portuguesa, n. 2, p. 233-239, 1998.

4.2 Palavras

Verbete em desuso (nota)	Correspondente moderno e/ou Comentário
• Acanhar (30)	Vexar, subordinar, envergonhar.
• Arrecadar (31)	Cobrar. Arrecadar imposto.
• Bordão (516)	Palavra que se repete muitas vezes e nome da corda da viola que serve para o acompanhamento.
• Criação (949)	Educação. Maneira ou sistema em que alguém é criado.
• Diferença (8), (42) e (315)	Briga, conflito e discussão.
• Embicar (1478)	Tropeçar. Este verbo conserva-se na fala do brasileiro do interior no sentido de lançar-se por ou para algum lugar.
• Maldisposto (31) e (238)	Adoentado. Doente.
• Mexericar (113)	Fazer intriga.
• Pelejar (315)	Questionar. “Pelejar com os filhos.”
• Pousar (75)	Residir. No Brasil, costuma-se usar no sentido de passar a noite.
• Regateiras (66)	Mulheres vendedoras, consideradas as mais afoitas em desobedecer às taxas impostas pela Coroa. Regateiro, pois, tem o sentido de ser afoito.
• Rematar (316)	Concluir.
• Rijo (785)	Firme.
• Tachado (269)	Censurado (de tacha, mancha, defeito).
• Traquinada (450)	Reboliço. Desordem.
• Travesso (78)	Brincalhão. Inquieto.
• Zombar (288)	Provocar

Resenhas.

4.3 Estilo

4.3.1 Emprego do *Eu* e *Nós* (7)

Hoje, no discurso, a escolha de *Eu* ou *Nós* para designar o locutor que se anuncia como sujeito é tida como uma questão de estilo, quer dizer: dependendo do contexto discursivo e/ou da intencionalidade do sujeito, o *Eu* e o *Nós* se alternam. Em *Ditos portugueses* a questão é levantada em um dos Ditos de el-rei D. João o Segundo que não estão na *Crônica de Garcia de Resende*:

“[7] Todos os reis de Portugal até el-rei D. Manuel falavam por *Nós, el-rei*; somente el-rei D. João o Terceiro mudou isto em suas provisões e dizia *Eu, el-rei*. Falando um fidalgo a el-rei e, no discurso da prática, dizendo-lhe muitas vezes *vós*, disse el-rei:
– Vós tendes mais de vós do que nós temos de *nós*.”

A nota que acompanha este Dito informa que o tratamento por *Eu*, em vez do tradicional *Nós*, foi decretado em 1524 (*Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro*, Lisboa, 1937, p. 220). Esta era a fórmula do absolutismo régio. Os fidalgos que se dirigiam ao rei usavam o tratamento de *Vossa Alteza*, e não de *Vós*. E é isso o que explica o comentário de D. João II.

Observamos que no nosso cotidiano o uso de *Nós* no lugar de *Eu* é constante no discurso político e também acadêmico. É a forma mais antiga, de antes do decreto de 1524. Percebe-se que o emprego deste pronome desfaz o tom real, supremo. *Nós*, no mínimo, pluraliza a unicidade que, quando o sujeito é *Eu*, rege o mecanismo da enunciação. Por hipótese, talvez tenha sido este o motivo do decreto real (?).

5. CONCLUSÃO

Ditos portugueses não é uma obra fundamentada em teorias lingüísticas, dado o seu caráter memorial e pitoresco, cujo autor, como se pode deduzir, não apresenta ser um homem das letras. Apesar dis-

Filologia e Lingüística Portuguesa, n. 2, p. 233-239, 1998.

to, J. H. Saraiva destaca que é do ponto de vista literário e histórico que o livro apresenta maior interesse. “Não existe, em toda a nossa literatura, nenhum outro que tanta luz lance sobre a arte do mote, ou do falar derivado.” Os 1480 episódios que o compõem são exemplos da arte de motejar, tornando-se dessa maneira num recomendável manual teórico da estilística da derivação.

O que foi levantado nesta resenha também nos aponta outros aspectos que podem despertar o interesse de pesquisadores da língua portuguesa, em particular, dos dialetólogos, lexicógrafos e teóricos da análise do discurso. *Ditos portugueses* não traz à superfície apenas um “Portugal íntimo e profundo”, mas um desmascarado registro oral de quinhentos anos atrás: uma fonte esbanjando palavras, expressões e os complicados processos do falar derivado, ou do hábil ofício de motejar.

*Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Professor da Universidade Federal de Mato Grosso.
Pós-graduando de Filologia e Língua Portuguesa,
DLCV-FFLCH/USP.*

